

7. Sétimo fundamento: extraído de uma violação do dever de fundamentação, na medida em que a fundamentação dos atos impugnados é elíptica e não faz referência a elementos concretos ou a datas que permitam à recorrente identificar as transações financeiras que lhe são censuradas.

(¹) Decisão 2011/782/PESC do Conselho, de 1 de dezembro de 2011, que impõe medidas restritivas contra a Síria e que revoga a Decisão 2011/273/PESC (JO L 319, p. 56)

(²) Regulamento (UE) n.º 36/2012 do Conselho, de 18 de janeiro de 2012, que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria e que revoga o Regulamento (UE) n.º 442/2011 (JO L 16, p. 1)

**Despacho do Tribunal Geral de 11 de julho de 2012 —
Roménia/Comissão**

(Processo T-484/07) (¹)

(2012/C 258/49)

Língua do processo: romeno

O presidente da Terceira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

(¹) JO C 51, de 23.2.2008.